

Revista 

Colaboração

Educação & Regime de Colaboração  Ano 4 | nº 7 | Julho 2021



Revista
Colaboração

ISSN 2763-795 (ed. digital)

Av. Cândido Hartmann, 1400 - Mercês,
Curitiba - PR, 80710-570

EXPEDIENTE

Supervisão

Amanda Larissa da Cruz Rocha
Cristiane da Fonseca
Eliziane Gorniak
Fernanda Castro Marques
Fernando Henrique Kuchenbecker
Gabrielly Domingues da Silva
Maria Paula Mansur Mader

Redação

Gabrielly Domingues da Silva
Maria Paula Mansur Mader
Coordenação de Comunicação do
Instituto Positivo

Maria Paula Mansur Mader
Projeto gráfico, capa e diagramação
Bruno Palma e Silva

Tiragem

1.000 exemplares
(distribuição gratuita)



O Instituto Positivo, instituição sem fins lucrativos, mantida pelo Grupo Positivo, tem como missão contribuir para a melhoria da qualidade da Educação pública, por meio do incentivo ao Regime de Colaboração.

CONSELHO DE GOVERNANÇA

Carlos Eduardo Sanches
Celso Hartmann
Cezar Teixeira
Claudio Moura e Castro
Fabio Oliveira
Gilberto Alves da Silva Junior
Lucas Guimarães
Mozart Neves Ramos
Paulo Cunha

CONSELHO FISCAL

Fabio Trierweiler Faigle
Sandra Franco



O Movimento Colabora Educação tem o objetivo de fortalecer a governança e as práticas colaborativas entre os entes federativos no âmbito das políticas públicas de Educação.

FAZEM PARTE DO MOVIMENTO:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Fundação Itaú Social
Fundação Lemann
Instituto Natura
Instituto Positivo
Instituto Unibanco
Movimento Todos Pela Educação

SUMÁRIO



04 EDITORIAL

12 EXPERIÊNCIAS EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Experiência de colaboração entre Arranjos de Desenvolvimento da Educação na região sul do Brasil: o caso de conselhos municipais de Educação

A colaboração horizontal entre os municípios [...] é um verdadeiro tesouro a ser (re)descoberto e divulgado.

21 ESPAÇO DA REDE

Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação amplia governança para fortalecer iniciativas de colaboração em Educação de todo o país

Com sua contínua expansão, a Rede completa três anos de sua fundação e vem se consolidando como locus estratégico de sensibilização dos gestores de Educação

31 COMPARTILHANDO

E-books do Instituto Positivo

Gestão para Aprendizagem do Instituto Ayrton Senna

Autodiagnóstico da Qualidade da Rede de Ensino, do Itaú Social

08 ESTÁ EM PAUTA NA EDUCAÇÃO

Agenda Legislativa pela Educação aponta temas prioritários para 2021

É um momento muito grave para a Educação pública brasileira, apesar dos esforços de educadores, gestores e parlamentares. Mas nunca é o bastante para avançar mais.

14 ENTREVISTA

Emenda Constitucional 108/2020: o que muda na gestão das redes municipais

Não há mais espaço para improviso ou timidez na postura dos gestores da Educação.

27 ESPAÇO ABERTO

A incrível arte de colaborar

Estamos em um momento no qual precisamos nos reinventar para dar conta da melhor forma possível do processo ensino-aprendizagem de nossas crianças.

EDITO-RIAL

Depois de seis edições, 37 textos, 45 autores e organizações convidadas e muitas reflexões importantes sobre Educação, a Revista Colaboração está de cara nova. Pensando nas profundas mudanças dos últimos meses, a repaginada da publicação organizada pelo Instituto Positivo em parceria com o Movimento Colabora Educação considerou, principalmente, a facilidade da leitura em telas, sem deixar a boa e velha versão impressa de lado. As seções da revista também foram atualizadas, com o objetivo de ampliar os temas aqui debatidos e trazer novos leitores para o universo da Educação e da colaboração.

Apesar das mudanças, o compromisso de disseminar opiniões, experiências e reflexões sobre o Regime de Colaboração segue norteando a publicação. Continuaremos buscando debates apartidários, relevantes e que possam contribuir para gerar mudanças nas políticas da Educação pública brasileira.

O Movimento Colabora Educação abre esta sétima edição da revista com um artigo bastante informativo sobre a Agenda Legislativa pela Educação, uma iniciativa do Todos pela Educação que aponta quais devem ser os temas e projetos prioritários no Congresso Nacional em 2021. O texto destaca a centralidade do Sistema Nacional de Educação, inclusive para fortalecer o Regime de Colaboração entre os entes federativos e, conseqüentemente, garantir avanços na Educação brasileira.

Na coluna Experiências em Regime de Colaboração, Carlos Eduardo Moreira, articulador do ADE Serra Catarinense, traz um relato sobre uma iniciativa colaborativa entre Arranjos e Conselhos Municipais de Educação. A experiência proporcionou trocas e aprendizados valiosos, que contribuíram para reflexões e aprimoramento do trabalho de todos os envolvidos.

O ADE Granfpolis, por meio do líder e secretário de Educação do município de Águas Mornas, também trouxe uma rica contribuição para esta edição da Revista Colaboração. No território catarinense, a cooperação foi fundamental para enfrentar os desafios impostos pela pandemia. O trabalho conjunto desenvolvido entre os municípios do Arranjo e o ADE CoGemfri gerou um documento de orientação para lidar com questões como saúde mental em tempos de pandemia, que contribuiu para o trabalho de diversos profissionais, em vários municípios do estado.

Depois de seis edições, 37 textos, 45 autores e organizações convidadas e muitas reflexões importantes sobre Educação, a Revista Colaboração está de cara nova.

Para dar mais espaço às experiências em colaboração, abrangendo arranjos, consórcios, colegiados e outros modelos de iniciativas, a revista, a partir desta edição, vai contar com um espaço exclusivo para os integrantes da Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação. Nesta edição, a Rede começa apresentando o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos anos. Já são mais de 370 municípios envolvidos, que participam de atividades formativas, oficinas e reuniões para trocas e compartilhamentos. Conheça melhor a seção Espaço da Rede.

A Entrevista, que já se configurava como espaço bastante rico no formato anterior, segue presente na nova Revista Colaboração. Nesta edição, o professor Carlos Eduardo Sanches fala com profundidade sobre o novo Fundeb, tema muito relevante e amplamente discutido em 2020 e 2021. Além de esclarecer conceitos fundamentais, Sanches também aponta as principais mudanças no funcionamento do fundo e ressalta a importância de dar continuidade ao aprimoramento das políticas da Educação.

Esperamos que, com esse novo formato, a Revista Colaboração continue sendo fonte de conhecimento, reflexão, aprendizagem e inspiração. Que os debates aqui apresentados possam, direta ou indiretamente, contribuir para que o Regime de Colaboração seja constantemente fortalecido.

Boa leitura!



por **Movimento Colabora Educação**

O Movimento Colabora Educação (MCE) é fruto das discussões promovidas no âmbito do Conselho da Sociedade Civil Organizada do Banco Interamericano de Desenvolvimento (ConSOC-BID) e da decisão das instituições participantes em fundar uma iniciativa conjunta com foco exclusivo no Regime de Colaboração. Trata-se de uma organização suprapartidária e sem vínculos com instituições públicas, que atua para contribuir na expansão das práticas colaborativas e na institucionalização de uma governança interfederativa no campo da Educação.

Agenda Legislativa pela Educação aponta temas prioritários para a Educação em 2021

É um momento muito grave para a Educação pública brasileira, apesar dos esforços de educadores, gestores e parlamentares. Mas nunca é o bastante para avançar mais.

Atuar pela promoção de uma Educação Básica com qualidade e mais equidade exige lançar um olhar para o que se deseja no longo prazo, sem desconsiderar os enormes desafios do momento atual. Cenário marcado por uma pandemia que, há mais de um ano, fez com que escolas de todo o país mudassem sua forma de atuação e relação com estudantes, professores e comunidade escolar.

De acordo com estudo recente da Unicef¹, quase 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam a escola (remota ou presencialmente), em novembro de 2020. A eles, somam-se outros 3,7 milhões que estavam matriculados, mas não tiveram acesso a atividades escolares e não



[...] quase 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam a escola (remota ou presencialmente), em novembro de 2020 no Brasil. A eles, somam-se outros 3,7 milhões que estavam matriculados, mas não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram se manter aprendendo em casa. No total, **5,1 milhões** tiveram seu direito à Educação negado no período.

conseguiram se manter aprendendo em casa. No total, 5,1 milhões tiveram seu direito à Educação negado no período.

Organizações e movimentos da sociedade têm atuado para pautar debates relevantes no campo e suportar o avanço de medidas estruturantes e essenciais para a Educação brasileira. Nesse sentido, o Todos Pela Educação apresentou a 1ª edição da Agenda Legislativa pela Educação², uma iniciativa que aponta os temas e os projetos que a instituição defende que sejam priorizados pelo Congresso Nacional em 2021. “Em virtude da pandemia que atinge o país e o mundo, foram incluídas propostas emergenciais que visam criar estratégias e apoiar o retorno seguro das aulas presenciais e recompor o orçamento do setor”, afirma o documento.

A Agenda Legislativa é constituída por projetos de lei e propostas divididas em seis temáticas: Medidas

de Enfrentamento à Pandemia; Governança e Gestão das Redes; Condições de Oferta e Financiamento da Educação Básica; Políticas Docentes; Educação Infantil; e Ensino Profissional e Técnico. A primeira, com o foco no combate à pandemia, inclui projetos de lei que visam garantir a segurança jurídica às redes de ensino diante do término da vigência do decreto de calamidade pública aprovado em 2020. São propostas que criam estruturas temporárias de pactuação interfederativa para direcionar e apoiar as redes de ensino para a volta às aulas, além de buscar garantir a estrutura e o financiamento adequados para essas e demais medidas necessárias.

“As propostas legislativas apresentadas vão pelo caminho de tentar melhorar a Educação de forma permanente e significativa: fazem parte de uma agenda programática de prioridades nacionais, dialogando com a conjuntura que o país vive.”, aponta o documento.

1 <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia>

2 https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/04/Agenda_Legislativa_Pela_Educacao_2021.pdf

“Em minha visão, o grande legado que fica desse momento de pandemia na Educação são [os aprendizados em governança e colaboração. Aqueles entes que fizeram isso bem tiveram uma entrega de Educação muito melhor nesse período do que os demais. Por isso o tema do SNE é central.”

As demais categorias da Agenda Legislativa refletem algumas das medidas prioritárias do Educação Já!, iniciativa suprapartidária liderada pelo Todos Pela Educação, em parceria com outras organizações e especialistas da área da Educação, que busca contribuir para que os tomadores de decisão estruturem e implementem estratégias para dar início ao salto de qualidade na Educação brasileira.

“Essa situação de pandemia e descoordenação do Governo Federal no enfrentamento da crise têm tido reflexos muito graves. É um momento muito grave para a Educação pública brasileira, apesar dos esforços de educadores, gestores e parlamentares. Mas nunca é o bastante para avançar mais. Essa entrega da Agenda Legislativa faz parte desse esforço”, defendeu Priscila Cruz, presidente-executiva da organização no encontro de lançamento da iniciativa. O evento contou ainda com a presença de Dorinha Seabra Rezende, deputada federal (DEM/TO) e presidente da Comissão de Educação na Câmara; Marcelo Castro, senador (MDB/PI) e presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no Senado; Getúlio Marques, secretário estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte e vice-presidente do Consed³;

e Luiz Miguel Martins Garcia, dirigente municipal de Educação do município de Sud Mennucci (SP) e presidente da Undime⁴ Nacional.

Propostas como a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE) do Ensino Básico, inserido na categoria de Governança e Gestão das Redes, e a atualização da Lei 14.113, de 2020, que regulamenta o Fundeb, que diz respeito ao Financiamento da Educação Básica, constituem as prioridades deste documento.

Priscila ainda destacou o vácuo na coordenação nacional deixado pelo Ministério da Educação (MEC), espaço esse que vem sendo - e precisa ser cada vez mais - ocupado pelo Congresso Nacional e pelos executivos em suas diversas instâncias. “Em minha visão, o grande legado que fica desse momento de pandemia na Educação são [os aprendizados em] governança e colaboração. Aqueles entes que fizeram isso bem tiveram uma entrega de Educação muito melhor nesse período do que os demais. Por isso o tema do SNE é central.”

Nesse sentido, o Movimento Colabora Educação tem trabalhado ativamente em promover a qualificação do debate na agenda educacional. O Sistema Nacional de Educação ganhou destaque no encontro

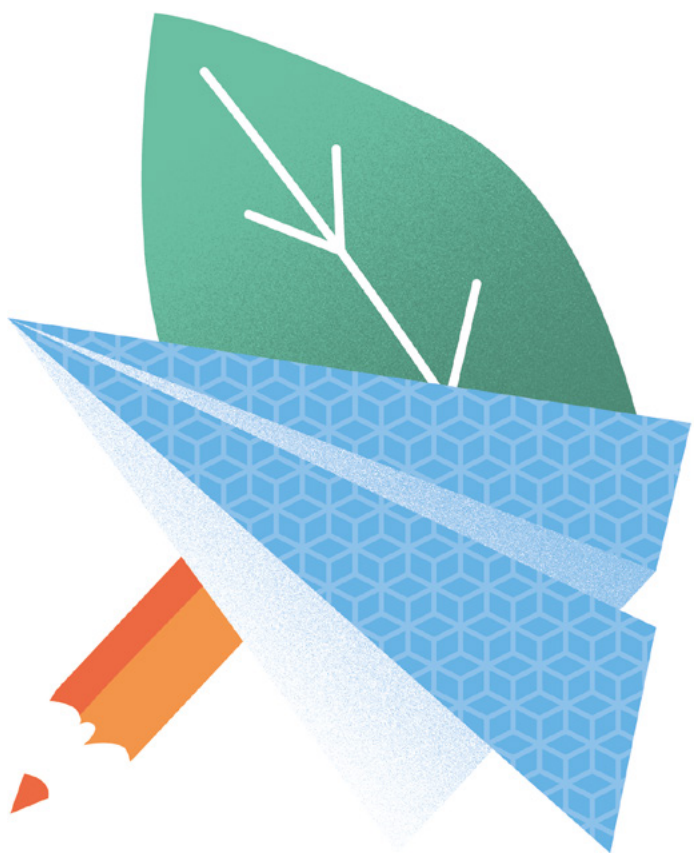
³ <http://www.consed.org.br/>

⁴ <https://undime.org.br/>

como agenda estruturante para efetivar o Regime de Colaboração entre os entes federativos e para garantir avanços na Educação brasileira. A deputada Dorinha Rezende compartilhou que o SNE está em fase de audiências públicas e, inclusive, já conta com texto inicial aprovado pela Comissão de Educação. “É uma prioridade, mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia. Trata-se da espinha dorsal de uma relação que envolve municípios, estados e o próprio Ministério da Educação.”

Para o senador Marcelo Castro, a pauta legislativa no que tange à Educação é extensa, e o sistema faz parte desse pacote de medidas. “É evidente que se tivermos ações convergentes entre União, estados e municípios, em uma política harmônica, teremos o favorecimento do ensino no Brasil. Fui ministro da Saúde e sei o quanto um sistema é relevante. O SUS é referência mundial. Precisamos aprovar logo o SNE, tema que é tão importante para a Educação brasileira.”

Não menos importantes – e também presentes como temáticas prioritárias do Educação Já! -, estão (i) as propostas e os projetos de lei relativos às Políticas Docentes, cujo destaque é a urgente necessidade de atualização do piso do magistério; (ii) os projetos de lei voltados à Educação Infantil, em especial, a proposta que cria mecanismos para o levantamento e a divulgação da demanda de creches; e (iii) a proposta voltada ao Ensino Profissional e Técnico, com o objetivo de instituir diretrizes nacionais referentes a essa modalidade de ensino.



Experiência de colaboração entre Arranjos de Desenvolvimento da Educação na região sul do Brasil

“Quem ensina
aprende ao ensinar.
E quem aprende
ensina ao aprender.”

Paulo Freire



por **Carlos Eduardo Moreira**
Professor e assessor de prefeituras
municipais na região sul do Brasil.
Coordenador do Programa Educação
Municipal (2017-2021) do Consórcio
Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA) e
líder-articulador do ADE Serra Catarinense.

O caso de conselhos municipais de Educação

Como parte do movimento de colaboração entre Arranjos Educacionais, temos vivido trocas de experiências e conhecimentos entre participantes da Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação, presente em oito estados brasileiros. Este é um movimento que tende a se expandir, uma vez que conhecemos melhor as iniciativas de trabalho que podem ser adaptadas ou reinventadas para serem aplicadas em nossos sistemas municipais de ensino. Destacase, como exemplo desse “aprendizado em rede”, a experiência

de colaboração entre Conselhos Municipais de Educação, que vem acontecendo desde 2019, e possui uma nova agenda de encontros, confirmando o valor e os resultados positivos da colaboração entre Arranjos para fortalecer o trabalho da Educação pública municipal. Nesses encontros, profissionais com larga experiência e conhecimento ensinam e também aprendem. Lembrando o educador brasileiro Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa* (Editora Paz & Terra), “Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender”. O movimento de aprender e ensinar também envolve a disponibilidade para o diálogo, a escuta respeitosa e o exercício da criticidade, na qual não basta somente ouvir os posicionamentos dos participantes, mas problematizar e debater propostas e experiências na busca de uma nova síntese, de um novo aprendizado. O diálogo

como prática social fundamenta o intercâmbio entre Arranjos e reafirma os preceitos legais da autonomia municipal para o exercício da gestão democrática nos sistemas municipais de ensino do país.

O Arranjo de Desenvolvimento da Educação Serra Catarinense (ADE Serra Catarinense) tem como principal característica o trabalho colaborativo na forma de redes, mantendo o contato permanente e vibrante entre todos os participantes desse território que abrange 18 (dezoito) municípios, especialmente por meio da Rede Colaborativa de Secretários(as) Municipais de Educação, da Rede de Alimentação Escolar das Nutricionistas da Serra Catarinense, da Rede Colaborativa dos Profissionais de Atendimento Educacional Especializado e da Rede Colaborativa de Técnicos(as) e Assessoras(as) das Secretarias Municipais de Educação, além de outros grupos de trabalho com membros de vários municípios, criados a partir das demandas

das Secretarias de Educação e da participação em eventos educacionais organizados por entidades estaduais, nacionais e também por órgãos de controle institucional do estado de Santa Catarina.

Na colaboração entre Arranjos, percebe-se que em cada contexto local e regional há desafios, potencialidades e conquistas que condicionam o trabalho escolar para a elaboração coletiva dos chamados Instrumentos de Gestão Eficiente e Participativa, principalmente a consolidação de Conselhos Municipais de Educação atuantes. Diferentemente de conselhos “prefeiturizados”, que atuam a partir de demandas exclusivas das Secretarias Municipais de Educação, ou daqueles que são inoperantes, que existem somente em livros de atas e ofícios, o Conselho Municipal de Educação efetivamente atuante, como órgão normativo do sistema municipal de ensino, além de exercer o controle social previsto em lei também contribui diretamente com saberes e experiências de diversos representantes da sociedade local para a criação, monitoramento, avaliação e consolidação do projeto educacional de cada município.

“[...] saber que ninguém está sozinho, que nada está pronto, que é um eterno construir e desconstruir, aprender e reaprender sempre”.



Colocando em prática essa ideia, o ADE Serra Catarinense realizou encontro presencial de trabalho nos municípios de Passo Fundo e Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, em 2019, e organizou duas videoconferências específicas sobre a dinâmica de atuação dos Conselhos de Educação com os municípios de Camargo e Getúlio Vargas, do Arranjo de Desenvolvimento da Educação Norte Gaúcho (ADE Norte Gaúcho), em 2020. Nesses encontros, foi possível conhecer a estrutura, a rotina, o ordenamento jurídico e a atuação desses conselhos, bem como refletir e avaliar criticamente as condições de trabalho e as ações dos nossos Conselhos da Serra Catarinense. Apesar de muitos avanços, desde 2017, na forma de atuação dos nossos Conselhos de Educação, a cada nova administração municipal

temos o desafio de buscar estratégias formativas para orientar a atuação dos novos conselheiros.

De acordo com a professora Neusa Tibes, presidente do Conselho Municipal de Educação do município de Correia Pinto e que participa da Rede Colaborativa de Conselhos Municipais de Educação do ADE Serra Catarinense, é de fundamental importância a troca de saberes/conhecimentos/experiências entre os Conselhos, tanto quanto de cidade para cidade, como de estado para estado, com várias semelhanças em termos de desafios. Segundo Neusa,

[...] o intercâmbio entre os Arranjos proporciona um aprendizado contínuo, mas para que isso aconteça é necessário ouvir, observar e interagir [...]

“os conselhos podem ser vistos como ‘entraves’ e não como parceiros, por mais que sejam amparados por lei”. Nessa troca, encontram-se pessoas comprometidas e experiências exitosas na Educação municipal que podem ser adequadas

A colaboração horizontal entre os municípios de cada um dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação, que participam da Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação, é um verdadeiro tesouro a ser (re)descoberto e divulgado.

às diferentes realidades. O maior aprendizado “é saber que ninguém está sozinho, que nada está pronto, que é um eterno construir e desconstruir, aprender e reaprender sempre”.

Neusa ainda reforça o importante significado desses encontros, afirmando que “foi um alento conhecer essas pessoas maravilhosas, de diferentes realidades, porém com muitas situações parecidas com as nossas, dispostas a dedicar seu tempo (voluntariamente) às causas da Educação”.

Já a professora Marcelle Anversa, ex-presidente do Conselho Municipal de Educação do município de Getúlio Vargas, participante do ADE Norte Gaúcho afirma que o intercâmbio entre os Arranjos proporciona um aprendizado contínuo, mas para que isso aconteça é necessário ouvir, observar e interagir: “o intercâmbio entre os Conselhos Municipais de Educação é extremamente válido, tendo em vista a possibilidade de constituir e aprimorar práticas em um espaço de diálogo, no qual o crescimento pode se dar de forma coletiva e em parceria”. Além disso, para Marcelle, “a experiência de relatar o trabalho desenvolvido junto ao Conselho Municipal de Educação de Getúlio Vargas foi extremamente gratificante e enriquecedor, pois se constituiu como um momento de troca de fazeres e saberes, que permitiu aprendizagem a todos que participaram. Como o mais significativo, destaco a organização deste momento para propiciar um diálogo no qual todos os envolvidos

tiveram a possibilidade de expor suas ideias e contribuir com o aprofundamento dos assuntos discutidos”.

A colaboração horizontal entre os municípios de cada um dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação, que participam da Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação, é um verdadeiro tesouro a ser (re)descoberto e divulgado. O intercâmbio entre os Conselhos Municipais de Educação pode promover a construção coletiva de atitudes que agregam ações e produzem novos resultados. Não se resume a uma transposição literal de práticas de gestão de um município para outro, pois a sua adequação e repercussão não correspondem a um tempo linear de causa e efeito, podendo promover mudanças rápidas na dinâmica de trabalho desses Conselhos ou permanecer em seus registros como possibilidades a serem efetivadas.

Como síntese dessa experiência, neste movimento de intercâmbio entre ADEs, afirmam-se como resultados a busca por melhores condições de trabalho para o funcionamento de Conselhos Municipais de Educação; a prática de elaboração coletiva do Plano de Trabalho Anual (PTA) de cada Conselho; a organização de uma agenda regional de formação permanente para conselheiros; o diálogo crítico com cada Secretaria Municipal de Educação e, ainda, a atualização, por meio de *checklist*, das normas necessárias para a organização e funcionamento dos sistemas municipais de ensino.



por **Carlos Eduardo Sanches**
Mestre em Educação pela PUCPR e doutorando em Educação pela UFPR. Foi secretário de Educação no município de Castro, no Paraná, entre 2005 e 2011, presidente da Undime Nacional de 2009 a 2011 e presidente do Conselho Nacional do Fundeb em 2010 e 2011. Atualmente é conselheiro do Conselho Estadual de Educação do Paraná e do Conselho de Governança do Instituto Positivo. Elaborou a matriz de conteúdos e participou da construção da Plataforma Conviva Educação.

Emenda Constitucional 108/2020

O que muda na gestão das redes municipais

É preciso reconhecer o **Fundeb** como a política pública de financiamento mais exitosa na história da Educação brasileira, porque impulsionou a democratização do acesso à Educação básica, criou novas perspectivas de trajetória escolar, sobretudo para os estudantes das famílias com nível socioeconômico mais baixo, e permitiu avançar no desenho e construção de outras políticas educacionais, como a busca pela qualidade e a valorização dos profissionais da Educação.

O ano de 2020 encerrou com uma grande vitória para a Educação brasileira: a aprovação do novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que entrou em vigor no mês de janeiro de 2021. Agora permanente, o funcionamento do mecanismo de financiamento foi alterado para um modelo que conta com maior participação da União, além de levar aspectos de melhoria da aprendizagem e redução das desigualdades em consideração no repasse de recursos.

A conquista é fruto de muito debate e mobilização dos educadores e das organizações e movimentos sociais que lutam pela causa, atores que trabalharam de forma incisiva para a continuidade e permanência do fundo como forma de evitar o aumento das desigualdades educacionais já tão acentuadas no Brasil.

Para trazer algumas importantes reflexões e considerações práticas sobre o novo Fundeb, a Revista Colaboração entrevistou o professor Carlos Eduardo Sanches, que é membro do Conselho Estadual de Educação do Paraná e trabalha prestando consultoria e assessoria para governos, institutos, fundações e órgãos de controle fiscal sobre diversos assuntos que abrangem a gestão pública da Educação, inclusive questões de financiamento.

Além do vasto conhecimento técnico, Sanches atuou como presidente do Conselho Nacional do Fundeb em 2010 e 2011, acompanhando de perto e na prática o funcionamento do Fundo.

Para contextualizar, o que é o Fundeb e por que ele é tão importante para a Educação brasileira?

Carlos Eduardo Sanches: O Fundeb é um mecanismo que sub vincula 20% da receita que estados e municípios têm que aplicar em manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme está previsto no art. 212 da Constituição Federal. Esta sistemática teve início na segunda metade dos anos 1990, com o surgimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), momento em que eram sub vinculados 15% de algumas receitas e o montante arrecadado era dividido entre as matrículas municipais e estaduais de ensino fundamental. O tempo passou e a partir de março de 2007 entrou em vigor o Fundeb, ampliando a sub vinculação para 20% de um volume maior de receitas. Os recursos foram divididos, a partir de

então, entre todas as matrículas da Educação básica (Educação infantil, ensino fundamental e médio e suas modalidades e tipos de organização).

Como a Emenda Constitucional (EC) 53/2006 previu a vigência do Fundeb até dezembro de 2020, era preciso dar continuidade a essa sistemática de financiamento da Educação, razão pela qual a EC 108/2020 o tornou permanente.

É preciso reconhecer o Fundeb como a política pública de financiamento mais exitosa na história da Educação brasileira, porque impulsionou a democratização do acesso à Educação básica, criou novas perspectivas de trajetória escolar, sobretudo para os estudantes das famílias com nível socioeconômico mais baixo, e permitiu avançar no desenho e construção de outras políticas educacionais, como a busca pela qualidade e a valorização dos profissionais da Educação.

É bem verdade que muitos desafios ainda precisam ser superados, mas se o Brasil não contasse com o Fundeb, a desigualdade educacional seria ainda mais frustrante.

Em dezembro de 2020, foi sancionada uma lei que regulamenta o novo Fundeb, aumentando a contribuição financeira da União na Educação básica. Na prática, o que mudou e quais são as diferenças que vão ser sentidas pelos gestores das redes municipais de ensino?

Carlos Eduardo: Na prática, o Fundeb se materializa pela organização de 27 Fundos Contábeis Estaduais (26 estados e o Distrito Federal) compostos por 20% da receita de impostos e transferências de impostos arrecadados pelos governos estaduais e prefeituras. Depois de reunidos em cada Fundo, os recursos são divididos entre as contas do Fundeb de cada estado e município, considerando o número de estudantes em cada rede de ensino (conforme o Censo Escolar do



ano anterior) e o valor de cada tipo de matrícula. Uma Comissão Intergovernamental (formada por representantes do MEC, da Undime e do Consed) define todos os anos o peso de cada tipo de matrícula da Educação básica, o que permite estabelecer o valor de cada uma delas em cada Fundo Contábil Estadual. Quando os valores per capita das matrículas nos estados ficam abaixo do valor aluno/ano Fundeb (mínimo nacional), estes Fundos recebem recursos da União por meio de um processo de complementação.

Até 2020, esta complementação equivalia a 10% do montante destinado por estados e municípios. Agora, com o Fundeb permanente, o valor foi ampliado para 23%. Esta é uma grande conquista dos educadores, gestores da Educação e movimentos sociais, haja vista a tímida participação da União em matéria

de financiamento da Educação, que inclusive mostra-se em ritmo de redução nos últimos anos.

Contudo, a ampliação da participação da União no Fundeb, de 10% para 23%, ocorrerá de maneira gradativa até 2026 e permitirá que outros dois mecanismos favoreçam o acesso de estados e municípios a essa complementação. Para além da possibilidade de recebimento de complementação, quando não se alcança o valor aluno/ano mínimo, estados e municípios também poderão receber recursos da União quando a somatória das suas receitas não atingirem o valor aluno/ano total, e quando assegurar melhoria da aprendizagem e redução das desigualdades.

É certo que a mudança é uma grande conquista, mas ela é suficiente para promover transformações significativas na qualidade da Educação? Existem melhorias que ainda precisam ser conquistadas para aprimorar ainda mais o funcionamento do Fundeb?

Carlos Eduardo: A organização da Educação brasileira é complexa e padece de um efeito que resulta da estrutura da República Federativa do Brasil. Diferente de outros países, os três entes federados têm responsabilidades na área da Educação, em um sistema de profundo desequilíbrio. Aliás, a história tem mostrado que nem conquistas nos marcos legais foram suficientes para evitar efeitos indesejáveis ao longo do tempo.

É preciso registrar que a falta de uma articulação permanente, sólida e equilibrada entre os entes federados acentua as desigualdades entre as redes de ensino.

O Fundeb permanente é um avanço pela sua característica como política de financiamento *ad eternum*, a partir de agora, e com a ampliação da participação da União. Contudo, é bastante equivocada, e até mesmo leviana, qualquer defesa de que a partir de agora haverá recursos suficientes na Educação

[...] o Fundeb permanente com aumento da participação da União é um extraordinário avanço, mas que sozinho não basta. É preciso conjugar a instituição de um sistema nacional de Educação, equilibrando responsabilidades entre os níveis e definindo suas atuações; a ampliação do financiamento com vistas à busca da oferta de Educação com qualidade social; a melhoria de gestão das redes de ensino – inclusive com ações democráticas que favoreçam a participação e controle social –; e a valorização e condições adequadas de trabalho para os profissionais da Educação.

brasileira. Não é bem assim. A literatura e até mesmo dados produzidos por organismos internacionais têm mostrado um grande desequilíbrio entre a média de investimento por estudante realizada em outros países e a brasileira. Também defendo que a gestão das redes de ensino precisa melhorar significativamente. Mas não há como negar: não existe Educação com qualidade sem escola com adequadas condições de infraestrutura e funcionamento. Não existe escola adequada sem profissionais da Educação e de apoio com formação, carreira e remuneração justa, além das adequadas condições de trabalho. Essa é uma regra lógica que vale para todas as áreas, mas infelizmente a discussão rasa, os interesses de determinados setores, a falta de conhecimento e vivência na realidade das escolas criam um cenário que em nada contribui para a ampliação do financiamento equilibrada com a melhoria da gestão das redes de ensino.

Portanto, o Fundeb permanente com aumento da participação da União é um extraordinário avanço, mas que sozinho não basta. É preciso conjugar a instituição de um sistema nacional de Educação, equilibrando responsabilidades entre os níveis e definindo suas atuações; a ampliação do financiamento com vistas à busca da oferta de Educação com qualidade social; a melhoria de gestão das redes de ensino – inclusive com ações democráticas que favoreçam a participação e controle

social –; e a valorização e condições adequadas de trabalho para os profissionais da Educação.

Negar esta realidade é impulsionar a desigualdade existente no país.

Ainda em agosto de 2020, o Congresso aprovou uma Emenda Constitucional que torna o fundo permanente. As organizações e os educadores fizeram uma grande mobilização para que isso acontecesse. Por que isso é tão importante e quais mudanças podem surgir a partir dessa Emenda?

Carlos Eduardo: É preciso reconhecer que ao longo da história os educadores sempre se mobilizaram quando da elaboração e aprovação dos marcos legais na área da Educação, com maior ou menor possibilidade de influência nos diferentes momentos. A Educação enquanto uma área da sociedade é operada pela norma legal e o Estado age de igual modo pela formalidade dos atos. Assim, as previsões da Educação nas Constituições, nas duas LDBs, e em outras legislações constituem um espaço de disputas que envolvem diferentes setores e segmentos da Educação e da sociedade; e todos com interesses divergentes.

Nesse sentido, o esforço e a organização dos educadores, gestores e movimentos da sociedade permitiu aprovar o Fundeb com uma estrutura diferente daquela defendida pelo governo e com uma maior

participação da União. Isso é vitória, sobretudo, em um momento como esse. Ficou bastante claro que a incidência da sociedade nas discussões dentro do Congresso Nacional permite avançar, melhorar, aprimorar as propostas de legislação que, a bem da verdade, favorecem a busca pela proximidade às reais necessidades da educação e das escolas. Portanto, isso também é uma vitória na construção do Fundeb permanente.

A Emenda também altera a distribuição do ICMS que, no geral, é um aspecto menos discutido. O que isso significa e quais vantagens e desvantagens podem ser destacadas?

Carlos Eduardo: Se a BNCC propõe uma reforma dentro da escola para assegurar uma trajetória escolar para os estudantes ao longo da Educação básica, precisamos compreender que a EC 108/2020 está provocando uma reforma na gestão das redes de ensino.

A regra que exige que os governos estaduais considerem melhoria da aprendizagem e redução das desigualdades na sistemática de distribuição da cota-parte do ICMS para as prefeituras é um grande avanço. A Educação

passa a impactar, a partir de 2023, a receita de ICMS que, para uma parcela significativa dos municípios, tem um peso importante.

Logo, a Educação deixará de ser vista como “a prima rica” dentro de cada gestão municipal e passará a ocupar espaço importante no equilíbrio do peso entre todas as áreas. Os prefeitos têm pouco tempo para entender esta nova realidade e implementar uma nova forma de gestão na qual autonomia e responsabilidade dos gestores da Educação devem ocupar o mesmo espaço que outras áreas como planejamento, fazenda/finanças e administração, por exemplo. Não estamos defendendo a transformação da Educação em uma prefeitura dentro da prefeitura, muito pelo contrário. O que não pode mais é deixar que outros decidam a gestão orçamentária-financeira em nome da Educação. Aqueles que

[...] a Educação deixará de ser vista como “a prima rica” dentro de cada gestão municipal e passará a ocupar espaço importante no equilíbrio do peso entre todas as áreas. Os prefeitos têm pouco tempo para entender esta nova realidade [...]

mantiverem esse tipo de prática poderão tomar grandes sustos a partir de 2023, porque se não houver evolução da aprendizagem e redução das desigualdades, isso poderá impactar a receita do ICMS.

Por outro lado, gestores e equipes das secretarias de Educação precisam de maior capacidade técnica e habilidade de articulação para demonstrar aos prefeitos e secretários de outras áreas a importância de planejar todas as ações e executar conforme o planejado. Não há mais espaço para improvisado ou timidez na postura dos gestores da Educação. Com respeito, mas empoderados de capacidade técnica e habilidade de articulação, os gestores têm uma missão muito mais ampla a partir de agora. E para que isso aconteça não há outro caminho senão a adoção de uma nova prática de gestão. Aliás, é essa nova prática que permitirá avanços na garantia do direito dos estudantes.

De forma prática, como os valores serão distribuídos para as secretarias, considerando a melhoria da aprendizagem e a redução das desigualdades?

Carlos Eduardo: Para as secretarias, o acesso a recursos considerando aprendizagem

e redução das desigualdades poderá ocorrer por meio do Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR). Contudo, a Educação ainda poderá ter um incremento de receita dos 25% destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino se houver crescimento de ICMS da prefeitura. Então, é possível “conquistar” duas novas formas de ampliação de recursos.

No VAAR, será necessário aguardar a regulamentação nacional da matéria, que necessariamente deverá contemplar a combinação da evolução da aprendizagem daqueles estudantes que se encontram em níveis abaixo do esperado com a redução das desigualdades educacionais, mas respeitar outras condicionantes. E aqui surge uma discussão importante que trata dentro do processo democrático de gestão da Educação, que é a escolha de diretores de escola combinando critérios de participação da comunidade escolar com mérito e desempenho. Entendo que temos uma boa oportunidade no país para organizar processos de maneira mais pedagógica e a favor das escolas e sem interferências políticas locais. Não podemos permitir que as disputas eleitorais dos municípios sigam para dentro

das escolas. Por outro lado, também é preciso combinar o respeito aos marcos legais (PNE, legislações locais, entre outros) e à própria decisão do Supremo Tribunal Federal que reserva como ato discricionário do prefeito a nomeação e a exoneração. É possível conjugar tudo isso com processo devidamente formalizado em uma legislação local, com respeito aos profissionais da Educação e a comunidade escolar. Mas isso deve ser apoiado pela secretaria,

Não há mais espaço para improviso ou timidez na postura dos gestores da Educação. Com respeito, mas empoderados de capacidade técnica e habilidade de articulação, os gestores têm uma missão muito mais ampla a partir de agora.

porque não basta apenas escolher o gestor da escola; esse é apenas o primeiro passo da caminhada.

Depois de definidos os gestores, a equipe da secretaria precisa construir um clima de trabalho harmônico e em conjunto, de forma a pactuar compromissos mútuos. A administração também deve favorecer condições de trabalho e funcionamento da instituição, atuar em rede sem privilégios. Somente com um trabalho

integrado, entre secretaria e escolas, equipe da secretaria e gestores será possível privilegiar a análise da trajetória de aprendizagem dos estudantes, as realidades de cada região e os desafios a serem superados.

Quais impactos, sejam eles financeiros ou de melhoria da qualidade, podemos esperar com essa mudança no Fundeb?

Carlos Eduardo: Como já citado, a EC 108/2020 impôs uma nova lógica para a gestão das redes. É preciso compreender isso. Mas, ao invés de se preocupar apenas com a chegada ou a perda de recursos, este é o momento para entender melhor a realidade de cada rede. E isso determina que todos comecem a conhecer melhor os dados, evitar de-

finitivamente que os “achismos” estejam presentes nas discussões, buscar empoderamento técnico e de gestão do secretário e sua equipe, qualificar a discussão dentro e fora da Educação. Isso tudo gera um novo movimento na gestão da Educação, que estimo como um marco na história. E quando isso for efetivamente realizado, poderá provocar grandes impactos positivos na trajetória dos estudantes.

O novo Fundeb vai ser suficiente para dar conta da redução das desigualdades diante do cenário agravado pela pandemia?

Carlos Eduardo: Os reflexos da pandemia na trajetória dos estudantes dependerão essencialmente da capacidade de organização conjunta entre

as secretarias e as escolas para diagnosticar os déficits de aprendizagem acumulados nesse período. Não tenho dúvidas que as secretarias estão preocupadas com isso e estão elaborando suas ações para este desafio.

Porém, é inegável que no retorno das aulas, seja integralmente presencial ou por meio de sistema híbrido, estratégias pedagógicas deverão ser implementadas. Isso vai demandar a necessidade de reforço escolar, o que resulta na necessidade de contar com mais professores e talvez programas específicos com estagiários da pedagogia e licenciaturas, entre outras questões. Por isso, é preciso diagnosticar a realidade (estrutural, orçamentária, financeira, de recursos técnicos e pedagógicos, de pessoal etc.) e a trajetória de aprendizagem dos estudantes para definir as ações. A secretaria de Educação precisa construir isso juntamente com as escolas, e não para as escolas.

Quais as principais recomendações que você registraria para os dirigentes municipais de Educação, diante desta nova proposta do Fundeb?

Carlos Eduardo: A partir de agora, o profissional à frente de uma rede de ensino tem o desafio de atuar plenamente como gestor. Ele precisa liderar, articular, qualificar as discussões e encaminhamentos, favorecer as relações, exercer de maneira adequada ações políticas. Para que isso possa ser alcançado, é fundamental

As crises econômicas, o impacto da desigualdade socioeconômica na vida dos brasileiros agravada pela pandemia, entre tantas outras coisas, somente poderão ser superadas com a oferta de Educação com qualidade e no tempo adequado para os brasileiros.

estabelecer uma relação próxima com o prefeito, promover avanços na capacidade técnica pessoal e na relação da Educação com as demais áreas da administração e da comunidade escolar. Abre-se espaço para um conceito mais amplo de gestão, que permite que a Educação ocu-

pe o lugar necessário para que o direito dos estudantes possa ser alcançado.

Aqui destaco que os secretários e suas equipes poderão receber maior apoio e autonomia junto aos prefeitos somente se demonstrarem capacidade técnica e conseguirem apresentar uma agenda factível para a Educação municipal.

Depois do novo Fundeb, existem outras propostas de financiamento que melhoram a distribuição de recursos da Educação e devem ser colocadas em pauta? Quais?

Carlos Eduardo: O Brasil tem que, até mesmo para cumprir a Constituição Federal e a lei 13.005/2014, vencer dois grandes desafios nos marcos legais: a aprovação do Custo Aluno Qualidade e do Sistema Nacional de Educação. Estes dois mecanismos terão um reflexo imediato e extraordinário na política de financiamento da Educação porque, respectivamente, permitirão estabelecer um padrão mínimo para o conjunto das escolas de Educação básica públicas no país e a repactuação das responsabilidades entre os entes federados. Não há mais como postergar. As crises econômicas, o impacto da desigualdade socioeconômica na vida dos brasileiros agravada pela pandemia, entre tantas outras coisas, somente poderão ser superadas com a oferta de Educação com qualidade e no tempo adequado para os brasileiros.



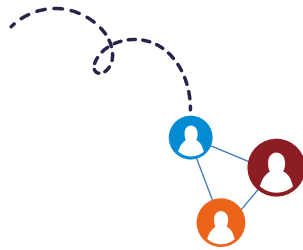
por **Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação**

A Rede, que este ano completa 3 anos de fundação, é composta por mais de 370 municípios de 21 iniciativas de colaboração em Educação de todo o país, além de parceiros como Itaú Social, Instituto Positivo e Movimento Colabora Educação

Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação amplia governança para fortalecer iniciativas de colaboração em Educação de todo o país

Atualmente a Rede é composta
por mais de 370 municípios, de
21 iniciativas de colaboração
em Educação de todo o país [...]

A Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação é uma iniciativa suprapartidária, que tem como propósito articular, apoiar e coordenar ações que promovam o desenvolvimento de territórios colaborativos e que contribuam para a melhoria da Educação nos municípios. Atualmente a Rede é composta por mais de 370 municípios, de 21 iniciativas de colaboração em Educação de todo o país, entre Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE), Câmaras Técnicas de Educação de consórcios intermunicipais, Fóruns de Secretários e Colegiados, além de parceiros institucionais como Itaú Social, Instituto Positivo e Movimento Colabora Educação.



A Rede deu seus primeiros passos em 2017, sob a liderança de quatro consórcios intermunicipais que criaram Câmaras Técnicas de Educação e decidiram unir esforços e experiências por meio de uma Rede. Em 2018, a Rede realizou o seu III Encontro da Rede de Consórcios Intermunicipais de Educação, em João Pessoa/PB, no qual, junto de consórcios intermunicipais, Arranjos de Desenvolvimento da Educação, representantes do Governo Federal, governos estaduais, bem como organizações da sociedade civil, foi possível trocar experiências e refletir sobre os desafios atuais para a colaboração federativa em Educação.



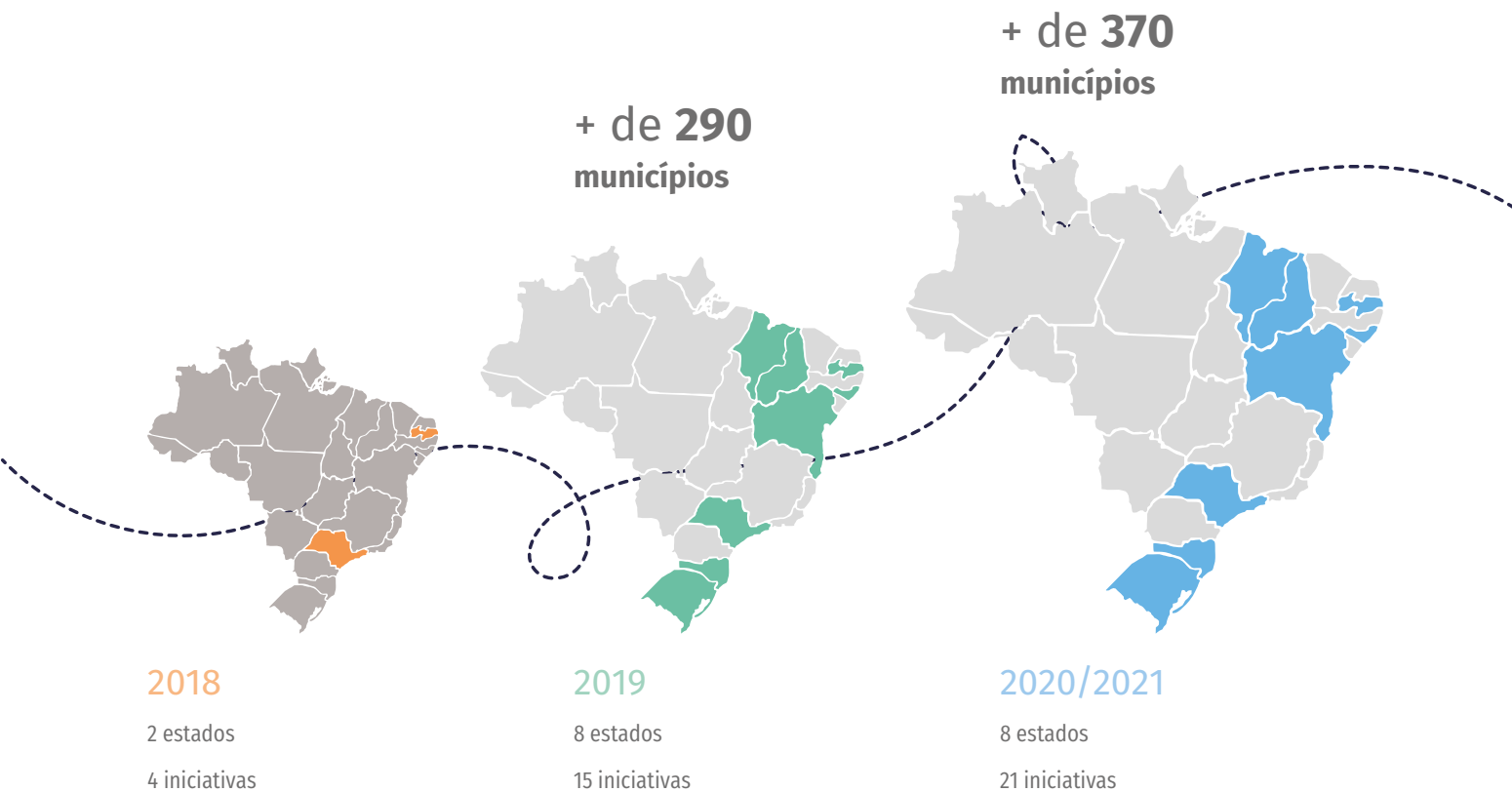
As parcerias que a Rede possui e aquelas que as iniciativas pactuam por meio da Rede de Colaboração permitem aos territórios educacionais iniciar, ampliar ou aprimorar suas oportunidades de atuação cooperada, seja junto à gestão educacional e escolar, à gestão do orçamento, do financiamento ou contábil, à gestão pedagógica, à formação docente ou à orientação para a elaboração de políticas públicas que atendam às demandas mais desafiadoras das redes de ensino.

Gilmara Silva – Coordenadora do ADE CoGemfri – Arranjo de Desenvolvimento da Educação do Colegiado em Gestão da Educação dos municípios da Foz do Rio Itajaí/SC

Naquele momento, percebemos a necessidade de institucionalizar o relacionamento existente entre os consórcios intermunicipais que trabalhavam com Educação municipal. Com o objetivo atingido, que se deu mediante a criação da Rede Intermunicipal, foi possível estender as conexões com outras iniciativas, de outros formatos e, assim, aumentar a capilaridade da nossa missão de melhoria da Educação pública de qualidade.

Wilber Rossini – ex-superintendente do Codivar/SP - Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul, um dos consórcios fundadores da Rede de Colaboração.

A Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação está aberta a receber novas iniciativas de colaboração que tenham interesse em participar. A entrada de novas instituições se dá por formalização de manifestação de interesse da iniciativa através dos canais oficiais; aprovação do Comitê Gestor; aprovação dos parceiros/apoiadores da Rede e aceite, por parte da nova instituição, do termo de adesão e compromissos da Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação. Para informações, acessar o site da Rede <http://www.redeintermunicipaledu.com.br>



Fonte: RCIE, 2021.

A partir dessa experiência e da abertura do diálogo com outros modelos de articulação entre municípios, foi identificada a necessidade de diversificar a natureza das instituições integrantes da Rede e, para isso, alterou-se sua denominação para Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação para, em 2019, expandir sua abrangência e atuação, e desde então, a Rede de Colaboração passou por mais um processo de expansão, envolvendo outras formas de colaboração como Fórum de Secretários e Colegiados, contando com o apoio institucional do Itaú Social, Movimento Colabora Educação e Instituto Positivo, e com apoio técnico de diversas organizações.



Fui convidada pela minha Secretária de Educação para participar de um curso de comunicação da Rede ofertado pelo Itaú Social. Na época eu sabia pouco sobre a importância da Rede de Colaboração intermunicipal em Educação. Participei do curso e logo me apaixonei. Quando fui convidada para fazer parte do Comitê de Comunicação, nem pensei duas vezes, pois era uma oportunidade de ajudar a Educação do meu município e ao mesmo tempo ajudar outros municípios que desejam ofertar uma Educação com qualidade e equidade para todos.

Eny Martins - Técnica em assuntos educacionais e coordenadora do PAR no município de Açailândia/MA, e membro integrante do Arranjo de Desenvolvimento da Educação da Região dos Açaizais – ADERA/MA.

TRAJETÓRIA DE EXPANSÃO DA REDE DE COLABORAÇÃO EM ESTADOS E MUNICÍPIOS

Com sua contínua expansão, a Rede completa três anos de sua fundação e vem se consolidando como locus estratégico de sensibilização dos gestores de educação para o potencial da colaboração entre os municípios, com vistas ao aprimoramento da gestão Educacional e o alcance de melhores resultados para as redes municipais de ensino. Para tanto, tem promovido formações em gestão educacional para dirigentes municipais e equipes técnicas municipais, a exemplo da 1ª edição do Assessoria Técnica Especializada, processo formativo executado em 2020 sobre temas voltados a apoiar as redes municipais em questões pedagógicas e de gestão no contexto de pandemia, além de fomentar a participação das iniciativas em editais - neste ano as iniciativas de colaboração que integram a Rede foram elegíveis a se inscreverem no edital do Programa Melhoria da Educação, iniciativa também do Itaú Social.



E, para além das atividades formativas voltadas para a gestão educacional, a Rede de Colaboração tem investido esforços para fortalecer sua governança, bem como seu fluxo de atividades, podendo destacar:

- **Realização de oficina de comunicação** para elaboração de plano de comunicação e formação de Comitê de Imagem, em funcionamento desde novembro de 2020;
- **Realização de reuniões mensais de seu Comitê Gestor**, responsável pelas principais deliberações e diálogos estratégicos;
- **Encontros de lideranças** que integram as iniciativas para o compartilhamento de ações bem como para momentos formativos;
- **Encontro Nacional**, que anualmente reúne seus integrantes, lideranças governamentais, parceiros, acadêmicos e o público em geral para conhecer a Rede de Colaboração e dialogar amplamente sobre o seu futuro.

Participar do Encontro Nacional da Rede de Colaboração foi uma experiência única, de enriquecimento e socialização de aprendizado: olhar o trabalho em rede, por meio de consórcios e Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), e poder aprender com as boas práticas, sem sombra de dúvidas, foi um momento especial e que marcou minha trajetória enquanto professor, pois são oportunidades como essa que nos fazem acreditar no potencial da colaboração na Educação.



Francisco Rodrigues dos Santos (Eduardo) – Colaborador do Arranjo de Desenvolvimento da Educação Grupo Educacional 5 – ADE GE5/PI e professor efetivo na rede municipal de ensino de Presidente Dutra/PI.



Decidi participar do Comitê Gestor da Rede porque acredito que através da troca de informações, de experiências, do pensamento crítico, das discussões e proposições voltadas para a Educação, mediadas pelo Regime de Colaboração, podemos avançar na melhoria dos processos educacionais e na equidade da Educação em todas as regiões do Brasil. Acredito que o Comitê Gestor pode auxiliar as iniciativas no seu processo de fortalecimento, de maneira muito especial, ampliando as trocas de experiências, estimulando a prática de colaboração e dando maior visibilidade para as ações realizadas pelas iniciativas, possibilitando, assim, maior credibilidade às iniciativas em seu território e no Brasil.

Rosi Meri da Silva – Dirigente municipal de Educação de Angelina/SC

e líder do ADE Granfpolis - Arranjo de Desenvolvimento da Educação dos municípios da Grande Florianópolis e membro do Comitê Gestor da Rede de Colaboração.



INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO PARA LEGITIMIDADE DA REDE

A Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação, como sua primeira ação de 2021, realizou uma cerimônia virtual de posse de seu novo Comitê Gestor, na qual representantes das 21 iniciativas de colaboração integrantes da Rede validaram sua participação nesta importante instância de escuta e deliberação para o biênio 2021-2022.

Todas as atividades desenvolvidas pelos parceiros com a Rede, bem como as ações realizadas internamente são objeto de discussão no Comitê Gestor, de modo que suas ações tenham legitimidade juntos aos territórios e iniciativas que ela representa.

Uma importante mudança no formato do Comitê Gestor foi sua ampliação representativa. Até então, ele era composto por dois representantes de nove iniciativas, mas uma deliberação no final de 2020 definiu que seria importante envolver nos processos decisórios representantes de todas as iniciativas. Desse modo, o Comitê Gestor passou a contar com o apoio e participação de 41 membros.

A formação do Comitê Gestor envolveu um processo de escuta e consulta com as iniciativas durante os meses de março e abril. As iniciativas promoveram diálogos nos territórios para identificar representantes que tinham interesse e disponibilidade para participar e, ao final, todas as iniciativas indicaram representantes.

VISIBILIDADE À EXPERIÊNCIAS DE COLABORAÇÃO INTERMUNICIPAL EM EDUCAÇÃO

Uma importante frente de atuação da Rede de Colaboração é dar luz a ações colaborativas empreendidas pelas iniciativas que integram a Rede, além de apoiar continuamente seus parceiros na realização de pesquisas e produção de conhecimento a respeito do tema.

Neste aspecto, em 2020, foi inaugurado um repositório de ações regionais no site institucional da Rede, no qual o visitante pode realizar consultas com base no território de realização, tipologias de ações e, assim, utilizar as informações disponíveis como referência. A atualização do repositório é contínua e conta com a colaboração de seus integrantes para relatar suas realizações.

Desse modo, além dos encontros de integração e diálogo internos que a Rede promove para os gestores que a integram, é possibilitado ao público externo também conhecer o potencial de tais ações.

No repositório de ações regionais está disponível um conjunto de referências a ações realizadas para enfrentamento dos desafios colocados pelo contexto de pandemia do Covid-19.



Para acompanhar as ações da Rede e das iniciativas de colaboração que a integram acesse:

www.redeintermunicipaledu.com.br/

E para acompanhar as redes sociais:



facebook.com/redecolaboraeduca



instagram.com/rede_de_colaboracao



youtube.com/c/redecolaboraeduca

O acervo da Rede é muito importante. Por nossos canais podemos compartilhar nossas ações



de forma global e cooperar com aqueles que estão buscando uma solução ou uma boa prática compatível com cada realidade. Isso pode abreviar um longo percurso para sanar as demandas do território. Nosso Guia AEE [Guia elaborado coletivamente pelos municípios do território para orientar o Atendimento Educacional Especializado], por exemplo, foi elaborado por um grupo de dirigentes municipais de Educação do oeste do estado de São Paulo para atender a esta demanda regional, e agora está disponível em rede mundial para todas as redes municipais de ensino pesquisarem e fazerem uso, adaptando para seus contextos.

Noeli Pires Bueno – Secretária executiva da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema e membro do Comitê Gestor da Rede de Colaboração



Apoio institucional





por **Mário Fernandes**

Graduado em Matemática e em Ciências Biológicas. Possui experiência de 40 anos no magistério, tendo neste período exercido as funções de professor de anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Ocupou as funções de coordenador pedagógico, diretor de escola e atualmente é Secretário Municipal de Educação do município de Águas Mornas, em Santa Catarina, cargo que ocupa desde 2009. É líder do ADE Granfpolis desde sua instituição, em 2015.

Colaborar, para nós, [...] tem sentido ampliado, pois além de compartilhar e refletir sobre temas pertinentes à Educação, planejamos e realizamos várias ações em conjunto, tais como formação e ações de melhoria da alfabetização, distorção idade-série, entre muitas outras.

A incrível arte de colaborar

Santa Catarina é um estado que culturalmente já tem trabalhado em colaboração por meio das associações de municípios, algumas delas cinquentenárias, como é o caso da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – Granfpolis.

Colaborar, ou simplesmente compartilhar experiências e discutir temas relevantes para as mais diversas áreas do serviço público sempre foi hábito dentro dessas associações - são 21 espalhadas pelo estado de Santa Catarina, além da Fecam (Federação Catarinense de Municípios) que presta vários serviços aos municípios, principalmente através de consórcios, que também estão presentes em várias associações.

Dito isso, foquemos no trabalho de colaboração que realizamos no Arranjo de Desenvolvimento da Grande Florianópolis, e também como esta colaboração se estendeu para outro ADE, para associações de municípios e para profissionais de outras áreas, especialmente nos anos de 2020 e 2021, tempo de pandemia.

Colaborar, para nós, desde 2015, quando da instituição do ADE Granfpolis, tem sentido ampliado, pois além de compartilhar e refletir sobre temas pertinentes à Educação, planejamos e realizamos várias ações em conjunto, tais como formação e ações de melhoria da alfabetização, distorção idade-série, entre muitas outras.

[...] voltar de forma segura não significa somente criar ações e estratégias para proteção da saúde física das pessoas envolvidas no processo, mas também cuidar da saúde emocional [...]

Em 2020, este movimento maravilhoso de colaborar possibilitou aos municípios pertencentes ao Arranjo a adaptação das redes ao sistema de atividades não presenciais, com estratégias que pudessem garantir aos estudantes manter o contato com a escola e minimizar os prejuízos na aprendizagem.

Em 2021, com a obrigatoriedade de retornarmos ao regime presencial em função de lei estadual, que tornou a Educação atividade essencial em Santa Catarina, - isso mesmo com a pandemia em nível gravíssimo -, as redes tiveram que novamente fazer estudos e planejamentos para o retorno às aulas presenciais, ao mesmo tempo que mantiveram as atividades não presenciais para os estudantes cujas famílias assim desejam.

No primeiro momento, o cenário era de incertezas, com os riscos a que estariam sendo expostos nossos estudantes e profissionais da Educação, ao mesmo tempo em que havia a preocupação com o cumprimento da lei e,

principalmente, com o aprendizado de nossas crianças.

Além do planejamento do retorno seguro quanto à saúde física e mental das comunidades escolares, a preocupação era, - e sempre é - de garantir a aprendizagem, principalmente a alfabetização dos pequenos que não se apropriaram da escrita e da leitura em 2020, ou que não consolidaram esses processos.

Foi entendendo que voltar de forma segura não significa somente criar ações e estratégias para proteção da saúde física das pessoas envolvidas no processo, mas também cuidar da saúde emocional, e por isso foi elaborado o Guia de Orientação, Desenvolvimento de Estratégias de Saúde Mental e Atenção Psicossocial em tempos, e para além, da pandemia de Covid-19. Esse material foi produzido de forma colaborativa, envolvendo a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - Granfpolis (por meio do Colegiado de secretários de Educação da Granfpolis e do

ADE Granfpolis), a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (por meio do Colegiado de Educação da AMFRI e do CoGemfri - Colegiado de Gestão em Educação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí) e do Instituto Positivo, parceiro institucional dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação, e com a participação ativa de gestores educacionais, coordenadores pedagógicos, psicólogos e assistentes sociais. Neste processo de elaboração estiveram envolvidos cerca de 20 profissionais de diversas áreas dos 40 municípios dos dois ADEs.

O Guia discorre sobre conceitos como saúde mental, sofrimento mental, fatores de risco, acolhimento, escuta ativa, processo de luto, mediações de conflito, competências socioemocionais, infância, pessoa, criança e adolescência, entre outros que afetam a vida escolar, dentro e no entorno da escola, bem como suas comunidades.

Pesquisas foram realizadas entre os servidores da Educação

do ADE da AMFRI com a participação de 4.582 servidores dos 11 municípios, buscando entender qual era o sentimento dos servidores com o impedimento das atividades presenciais e seu retorno, além de suas percepções sobre o que esperavam no retorno em seu ambiente de trabalho.

Consultas também foram realizadas sobre a intenção das famílias em aderir ao retorno presencial tentando entender seus receios, principalmente de contaminação, as dificuldades que viam na estrutura das Unidades Escolar para retorno, bem como estimar os estudantes que voltariam ao presencial e os que permaneceriam em regime remoto. Esta informação foi de vital importância para o planejamento das secretarias e das escolas.

Como é possível perceber, a colaboração não se restringiu ao ADE Granfpolis; e tanto para o trabalho não presencial, quanto para o retorno às atividades presenciais, houve colaboração entre associações de municípios, ADEs e, talvez o mais importante, buscou-se suporte e colaboração em outras áreas, como a psicologia e a assistência social, para dar conta da manutenção das atividades não presenciais e de um retorno seguro e saudável na sua plenitude.

Nos dois cenários (não presencial e retorno ao presencial, ainda com permanência de parte dos estudantes não presencial) encontram-se sentimentos e sensação de professores sobrecarregados, despreparados para uma adaptação tão rápida à Educação digital e às novas demandas de conhecimentos e tarefas;

encontramos famílias constituídas com arranjos diferentes que facilitam ou não as tarefas em casa; lidamos com evasão escolar e também com o despreparo dos estudantes para a Educação digital, além da falta de estrutura de internet, da casa e por muitas vezes as dificuldades de apoio das famílias por falta de conhecimento ou mesmo de tempo para acompanharem este novo momento de seus filhos.

Como é possível perceber, os cenários de 2020 e 2021 acrescentaram mais complexidade à atividade de educar, que já tem alto grau de complexidade em tempos normais.

Para que tudo acontecesse da forma mais eficiente possível, realizou-se de forma colaborativa um trabalho de formação e empoderamento de lideranças, trazendo subsídios para que cada gestor municipal pudesse tomar decisões e compreender como sua liderança é importante para impulsionar a gestão educacional neste processo tão complexo que estamos vivendo.

E foi com este o rol de conhecimentos gerados com a colaboração, somados aos produzidos por sua rede, que os municípios planejaram seus retornos. Alguns retornaram em fevereiro, outros em março, cada um a seu tempo, e hoje 100% deles estão com atividades presenciais para as famílias que se sentiram seguras em encaminhar os estudantes para a escola, enfrentando as limitações, as dificuldades naturais do momento, mas felizmente sem problemas graves quanto à saúde de seus estudantes e profissionais.

Estamos em um momento no qual precisamos nos reinventar para dar conta da melhor forma possível do processo ensino-aprendizagem de nossas crianças. As dificuldades são muitas e vão desde adaptar-se a novas formas de planejar e executar as aulas, passando pela motivação dos estudantes até a comunicação entre o grupo gestor das secretarias com as escolas e com as famílias.

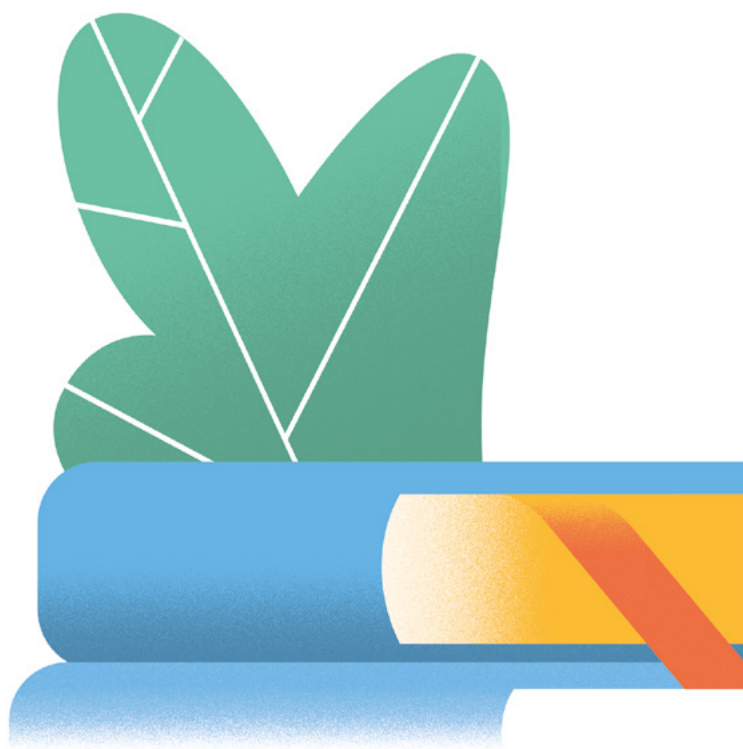
Estamos em um momento no qual precisamos nos reinventar para dar conta da melhor forma possível do processo ensino-aprendizagem de nossas crianças. As dificuldades são muitas e vão desde adaptar-se a novas formas de planejar e executar as aulas, passando pela motivação dos estudantes até a comunicação entre o grupo gestor das secretarias com as escolas e com as famílias.

Quando refletimos sobre as ações que o ADE Granfpolis promoveu durante este período de pandemia é que percebemos quantas pessoas, quantas instituições participaram da construção de soluções do momento mais difícil da carreira para muitos profissionais. Por meio de reuniões virtuais e outras ferramentas digitais, garantindo a segurança de todos, no intuito de discutir, ouvir as particularidades de cada município, para socializar e compartilhar experiências, ouvir especialistas, órgãos de controle e permitir que cada rede pudesse definir qual a melhor estratégia de atuação nas atividades não presenciais e para um retorno seguro às aulas presenciais podemos perceber como colaborar é mágico, incrível e capaz de tornar esta tarefa mais leve e menos angustiante.

Precisamos, como gestores da Educação e responsáveis pela mais importante área capaz de mudar comportamentos sociais, incentivar mais a colaboração em nossas redes. Precisamos motivar a colaboração entre gestores, professores, estudantes, tornando esta uma prática habitual no trabalho educacional, afetando no futuro, quem sabe, a forma de vida que levamos, maximizando recursos e errando menos.

Precisamos, como gestores da Educação e responsáveis pela mais importante área capaz de mudar comportamentos sociais, incentivar mais a colaboração em nossas redes.

Precisamos motivar a colaboração entre gestores, professores, estudantes [...]

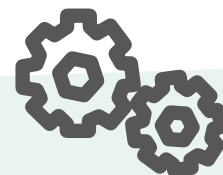


COMPARTILHANDO

Uma das principais tarefas do Instituto Positivo é produzir e disseminar conhecimentos sobre o Regime de Colaboração e os Arranjos de Desenvolvimento da Educação. Pensando nisso, o IP desenvolveu uma série de **oito e-books** com dicas e conteúdos práticos para auxiliar na implantação e gestão de ADEs. Todos os materiais estão disponíveis gratuitamente no site do Instituto Positivo. Acesse institutopositivo.org.br/publicacoes, baixe os e-books e compartilhe com sua rede!



O atual cenário da Educação brasileira apresenta desafios urgentes que foram acentuados com a pandemia do coronavírus, em especial quando se trata de questões como alfabetização e gestão. É justamente sobre a superação desses desafios que o Instituto Ayrton Senna lançou o guia **Gestão para Aprendizagem**. O material reúne experiências exitosas da instituição que podem ser praticadas nas mais diversas realidades do país, trazendo importantes reflexões sobre políticas educacionais e práticas pedagógicas efetivas. Conheça: [institutoyrtonsenna.org.br/pt-br/guia-gestao-para-aprendizagem.html](http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/guia-gestao-para-aprendizagem.html)



Ícones: site Instituto Ayrton Senna

Com o objetivo de promover uma avaliação inicial dos aspectos da gestão de uma secretaria de Educação e estimular reflexões, o programa Melhoria da Educação, do Itaú Social, desenvolveu o **Autodiagnóstico da Qualidade da Rede de Ensino**. O instrumento reúne conceitos e indicadores de qualidade para quatro dimensões: gestão dos resultados educacionais, gestão pedagógica, planejamento e gestão administrativa e participação, ações colaborativas e controle social. Acesse o site melhoriadaeducacao.org.br/autodiagnostico e faça a avaliação da sua rede gratuitamente!



institutopositivo.org.br

[facebook.com/positivoinstitut](https://www.facebook.com/positivoinstitut)

[linkedin.com/company/instituto-positivo](https://www.linkedin.com/company/instituto-positivo)

[instagram.com/positivoinstitut](https://www.instagram.com/positivoinstitut)



movimentocolabora.org.br

<https://www.facebook.com/MovimentoColabora>

[linkedin.com/company/movimento-colabora-educacao](https://www.linkedin.com/company/movimento-colabora-educacao)

